



# Cidades jardim do passado: lições da herança morfológica dos povos indígenas

Giselle Fernandes de Pinho<sup>a</sup>, Ana Cláudia Duarte Cardoso<sup>b</sup> e Kamila Diniz Oliveira<sup>c</sup>

Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, PA, Brasil.

<sup>a</sup> E-mail: fpgiselle@gmail.com

<sup>b</sup> E-mail: aclaudiacardoso@gmail.com

<sup>c</sup> E-mail: kamiladinizoliveira@gmail.com

Submetido em 10 de novembro de 2023. Aceito em 12 de julho de 2024.  
<https://doi.org/10.47235/rmu.v12i1.335>

**Resumo.** As configurações modernas de assentamentos humanos têm substituído padrões espaciais de aldeias e comunidades tradicionais, sem reconhecer que o urbanismo brasileiro não começou com os assentamentos humanos fundados pelos europeus. Este artigo parte dos registros disponíveis na literatura sobre as configurações e espacialidades indígenas para analisar a evolução da organização de seus espaços de vida, de modo a caracterizar um protourbanismo amazônico. A análise segue estratégias dos estudos morfológicos para investigar arranjos espaciais, implantações e tipologias de edificações de povos indígenas. A territorialidade indígena mantém características ancestrais que remontam ao período pré-colonial, e revelam o relacionamento do indivíduo com o grupo e deste com o ecossistema. A organização dos usos cerimonial, habitacional, de produção e floresta é ponto comum para o universo estudado, e a maior permanência morfológica é a organização espacial em rede ou constelação, com a manutenção dos interstícios de floresta. Considerando-se os pressupostos teóricos de Ebenezer Howard, a configuração espacial indígena, que comunitariamente maneja a floresta Amazônica com sucesso há mais de 10.000 anos, tem aproximações conceituais com a concepção de "cidade jardim". Conclui-se que é imprescindível proteger e ressignificar os registros que resistem, e recuperar soluções espaciais endógenas que podem e devem servir de referencial para as cidades amazônicas, em um movimento de descolonização do saber.

**Palavras-chave.** organização espacial pré-colonial, arquitetura indígena, proto-urbanismo amazônico, espacialidade amazônica, cidade jardim

## Introdução

O conceito de colonialidade, como destacado por Quijano (2005), está intrinsecamente ligada à modernidade e descreve as dinâmicas de poder que buscam perpetuar um modo de vida assumido como universal, apesar de baseado na sociedade urbano-industrial euro-americano (Fanon, 2008; Dussel, 2000; Mignolo, 2003, 2017). O Sumário para Policymakers elaborado a partir do Sexto Relatório de Avaliação das Mudanças

Climáticas - AR6 (IPCC, 2022, 2023) aponta que a lógica desse modo de vida hegemônico já pode ser definida como predatória para o planeta no presente, reconhece a interdependência entre clima, ecossistemas e sociedades humanas, e que o colonialismo contribuiu para a redução de biodiversidade e para a produção de desigualdades e vulnerabilidades sociais.

Na região amazônica, as práticas enraizadas na colonialidade têm uma origem dupla. Por um lado, a Amazônia foi colonizada por

Europeus que impuseram sua cultura e sistema de produção e subjugaram a região aos interesses de exploração de recursos naturais de potências econômicas. Por outro lado, a Amazônia também foi colonizada internamente, considerada uma periferia dentro do próprio país, sujeita a políticas de ocupação e desenvolvimento, que muitas vezes não levaram em conta as necessidades e aspirações das populações locais. Essa dupla colonização contribuiu para a perpetuação das relações de poder desiguais na região amazônica, com consequências socioambientais significativas. A exploração predatória dos recursos naturais, a degradação ambiental, o desmatamento da floresta tropical e a violação dos direitos das populações indígenas e tradicionais são reflexos dessas dinâmicas coloniais (Godim, 1994, Souza, 1997, Loureiro, 2019, 2022).

A colonização brasileira da Amazônia foi plenamente estabelecida durante as décadas de 1960 a 1980 (o período do governo militar no Brasil), quando houve uma forte difusão do mito desenvolvimentista. Este processo causou uma ruptura histórica e simbólica na forma de viver na Amazônia, ao promover a ideia de modernização e desenvolvimento a qualquer custo, e orientou as políticas públicas brasileiras no sentido do apagamento dos registros de configurações ancestrais, em territórios que estão nas bordas das cidades (Cardoso, 2021). As configurações modernas têm substituído padrões espaciais de aldeias e de comunidades tradicionais sem reconhecer que o urbanismo brasileiro não começou com os assentamentos humanos fundados pelos europeus, e que estes assentamentos podem informar muito sobre a convivência entre homem e natureza na floresta tropical (Heckenberger et al., 2008; Souza, 2019).

Na prática, a rica diversidade socioambiental e cultural da Amazônia foi negligenciada e transformada de acordo com uma perspectiva supremacista e preconceituosa (racista), enraizada em uma visão de cultura branca e industrial, como destacado por Faustino (2015). A chegada do processo de modernização e desenvolvimento nesses lugares, considerados como "atrasados" ou "tradicionais", muitas vezes desvalorizou e desconsiderou o modo de vida nativo amazônico, baseado na pesca, extrativismo vegetal e pequenas plantações de subsistência,

seguindo as dinâmicas e ritmos da natureza. Tal modo de vida foi frequentemente rotulado como "primitivo" em contraste com aquele praticado nas cidades, onde o tempo é ditado pela rapidez e visto como irradiador de tecnologia, conforto, educação e até mesmo superioridade, conforme mencionado por Cruz (2008).

Na Amazônia pré-colonial formas de organização espacial altamente complexas seguiam o ritmo da floresta enquanto a domesticavam<sup>1</sup>. Muito dessa complexidade territorial se perdeu com a colonização. O que ainda resiste nos parques indígenas pode ser considerado uma versão miniaturizada desta organização pré-colonial, pois os estudos arqueológicos revelam que as aldeias pré-coloniais poderiam ser até 100 vezes maiores que as aldeias atuais (Neves, 2022).

Após cinco séculos de resistência, os assentamentos indígenas vêm perdendo suas características ancestrais. A princípio, adotaram partidos arquitetônicos típicos dos ribeirinhos, e atualmente, após séculos de políticas públicas que tinham como objetivo a total aculturação (ver linha do tempo em Carneiro, Magalhães e Adams, 2020), é comum que comunidades indígenas mais próximas das cidades já não pratiquem os padrões típicos da organização territorial de seus povos (Weimer, 2018).

Com o intuito de compreender a herança do passado e buscar soluções para o presente e para o futuro, este artigo objetiva analisar a evolução da organização dos espaços de vida indígena, cujo apogeu foi denominado por Heckenberger (2009) de urbanismo galáctico ou *Garden Cities of Yesterday*, e caracterizar tais espacialidades que seriam parte de um protourbanismo amazônico, cujas tecnologias eram totalmente baseado no manejo de biomateriais e ligada a uma grande Trama Verde e Azul que articulava rios, florestas e assentamentos (Cardoso, 2021). O primeiro passo metodológico foi realizar uma revisão de literatura que perpassou pelas áreas da arqueologia, etnoarqueologia e história e que foi cotejada com a literatura sobre arquitetura vernácula especializada na organização espacial indígena no Brasil para conferência de informações; o segundo passo metodológico foi desenvolver croquis e diagramas para as descrições da literatura

citada, visando traduzir espacialmente as relações espaciais mais relevantes das configurações pré-coloniais e comparar tais representações com registros atuais para detectar permanências e ampliar a compreensão sobre a organização espacial e a territorialidade indígenas. O artigo assume os povos indígenas como produtores do espaço em seus territórios, orientados por valores e estratégias determinados por suas cosmologias desde o período pré-colonial até a atualidade. Esta estratégia de análise apóia-se nos estudos morfológicos, na medida em que associa arranjos espaciais (implantação de assentamentos e tipologias de edificações), agentes sociais e processos. A partir da inspiração oferecida pelas comparações já realizadas no âmbito dos estudos arqueológicos, o terceiro passo foi a comparação da configuração indígena com a concepção urbanística mais difundida sobre a imbricação entre cidade e um interstício verde, a Cidade Jardim de Ebenezer Howard (1902), para destacar como o léxico espacial pré-colonial manifestou esta imbricação.

A intensificação das descobertas arqueológicas nas primeiras décadas do século XXI está desconstruindo a crença propagada pelos colonizadores do século XX de que a Amazônia era um vazio demográfico, e território passível de ser ocupado mediante a supressão da floresta (Neves, 2022). Na época da fundação de Jericó, em torno de 11.000 AP, diversos povos de caçadores-coletores já ocupavam a Bacia Amazônica (Magalhães, 1994); antes da fundação de Esparta, Atenas e Roma, os povos amazônicos já se organizavam em aglomerados humanos com cerca de 10ha de área e uma população estimada em mais de 1.000 habitantes por aglomerado (Clement et al., 2015); enquanto o Império Romano dava lugar ao Império Persa, se formava na Amazônia a matriz Arawak, uma expansão pacífica de cunho cosmológico-político que dominou a maior parte da Amazônia através de uma rede de trocas que atualmente abrangeria nove países, oito deles pertencentes à Pan-Amazônia - Brasil, Guiana, França (Guiana Francesa), Suriname, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Argentina (Eriksen, 2011); durante a ascensão do Império Bizantino, crescia a complexidade dos aglomerados humanos e durante o auge da Matriz Arawak, por volta do

ano 1.000 EC constituiu-se o urbanismo galáctico da Amazônia central (Heckenberger, 2013). No decorrer desses milênios, avançou no resto do mundo a negação da natureza como parte intrínseca da vida e a supervalorização de tudo que é antropizado (MacGregor, 2022); na Amazônia, o aumento populacional e a complexidade espacial nunca se dissociaram da natureza, pelo contrário, a adaptação foi mútua e os impactos no ecossistema e na vida humana foram positivos, gerando espaços de superabundância incompatível com a noção de controle (como aconteceu no resto do mundo) onde o urbanismo, as práticas “agroecológicas” e as dinâmicas políticas geraram uma tríade que se retroalimentava (Neves e Castriola, 2023).

Desde a década de 1980, a consciência sobre uma crise ambiental iminente orientou a busca de formulações técnicas e teóricas capazes de incluir serviços ecossistêmicos, rios e vegetação no planejamento urbano. Inúmeras nomenclaturas surgiram em países pós-industriais, conforme a ênfase na água e/ou na biodiversidade. Novos conceitos como biomimética e biourbanismo ganharam espaço de discussão; estes conceitos procuram expandir a compreensão de que as cidades são antropobiossistemas (biomas criados/ modificados pelo homem) e não estão ou não devem ser separadas dos outros ecossistemas (MacGregor, 2022; Elis e Ramankutty, 2008). Neste âmbito serão utilizados ao longo do texto conceitos e termos cunhados pelas matrizes culturais européias, como o termo urbanismo, unicamente como ferramenta de explanação de que os povos indígenas amazônicos desenvolveram um sistema espacial (eventualmente um protourbanismo) tão complexo quanto os de outras partes do mundo.

Advoga-se que se as Cidades-Estado gregas são consideradas as definidoras dos padrões de urbanização das civilizações europeias, todavia a pré-história amazônica também pode oferecer padrões de urbanização que poderiam nortear soluções para as cidades amazônicas capazes de coexistir com a floresta. Tais parâmetros facilitariam a crítica de concepções importadas de contextos externos e que pressupõem a destruição da floresta tropical. No contexto amazônico havia total vinculação entre pessoas, rios,

florestas e espaços de cultivo, formando o que Cardoso (2021) chamou de téttrade (cidade, rio, floresta e campo) da urbanização típica da região. Neste sentido, este texto é um exercício metodológico de caráter exploratório, que constrói mediações para uso de léxicos e ferramentas de análise dos estudos morfológicos para demonstrar que a análise morfológica pode contribuir para a decolonização do saber sobre a urbanização em contextos periféricos, como é o caso da Amazônia brasileira, e promover uma aproximação proposital entre os resultados desta pesquisa e o léxico mais difundido atualmente. Paralelos entre complexidade da espacialidade indígena e a bioarquitetura e biourbanismo, destacam elementos morfológicos reconhecidos universalmente (tais como as tipologias de edificações, os caminhos, as regiões homogêneas) ou elementos do paisagismo, tais como florestas urbanas, sistemas de espaços livres, infraestrutura verde, ao mesmo tempo em que explora a ideia de realização na floresta tropical da premissa de total articulação entre cidade e campo, de vida autônoma em comunidades pequenas e articuladas entre si, das cidades jardins e da cidade social (concepção regional) propostas por Howard (1902).

### **A organização territorial indígena pré-colonial**

Em termos morfológicos, nos casos de assentamentos indígenas que ainda mantêm soluções herdadas do período pré-colonial, há ocorrência de configurações circulares, poligonais e eventualmente lineares. Nas configurações concêntricas, o ponto focal é o espaço cerimonial, circundado por espaços residenciais que, por sua vez, são circundados por um mosaico de áreas de produção (roças, pomares, área de extrativismo) e possuem a floresta densa como barreira entre os territórios (Heckenberger, 2010; 2013; Heckenberger, Petersen e Neves, 1999; Heckenberger et al., 2008; Moraes e Neves, 2012; Neves, 2010; 2022).

O uso de biomateriais na construção, como a terra, é a razão da grande dificuldade de análise dos sítios arqueológicos das florestas tropicais. Como no vale amazônico, a pedra era um material escasso, os povos que ocupavam a região usavam terra, ou terra e

barro. Quando estas ocupações se concentram em área de várzea, a dificuldade de encontrar vestígios arqueológicos se torna ainda maior, pois os registros podem ter sido levados pelo rio, cobertos por camadas de terra ou as duas coisas, uma vez que o ritmo das marés pode adicionar sedimentos, formando as "terras crescidas", assim como pode derrubar grandes quantidades de terra, criando as "terras caídas" (Roosevelt, 1993).

A análise dos sítios arqueológicos descritos nas obras citadas acima permite a reconstituição de uma extensa linha de tempo, composta por fases com diferentes formas de organização do território, que podem ser interpretadas como um paulatino adensamento das formas de ocupação, na medida em que expressam o modo como alguns povos caçadores-coletores da Amazônia Central faziam a transição de assentamentos temporários ou sazonais para assentamentos sedentários (Neves, 2022; Clement et al., 2015; Heckenberger et al., 2008).

Os primeiros registros de ocupação são dos considerados pré-ceramistas, com datas anteriores a 9.000 AP, em que os principais vestígios relacionados à ocupação humana são artefatos lascados e restos de fogueiras, estes estão espalhados pela Amazônia com mais de 40 abrigos identificados (PY-Daniel, Moraes, 2019), como por exemplo na região estuarina do Maranhão (Leite Filho, 2010) ou na Serra dos Carajás (Magalhães, 1994).

Uma das formas mais antigas de apropriação territorial é expressa pelos sambaquis (o mais antigo da Amazônia está no município de Santarém) que, etimologicamente, é um topônimo tupi formado pela junção de duas palavras: "tamba" que significa mariscos e "ki" que significa amontoado. Esse tipo de organização espacial é própria de populações que moravam perto do mar, rios ou lagos ricos em mariscos e surgiram pelo amontoado ao longo de milhares de anos de terra, conchas e restos de animais. Estima-se que estas construções tiveram muitas funções, e uma das principais era a de local sagrado para sepultamento dos mortos. Elas datam de aproximadamente 8.000 AP (Py-Daniel et al., 2017).

Considerando que diversos povos indígenas mantêm seu local sagrado de sepultamento

próximo ao centro geométrico de suas aldeias (ou no caso de aldeias lineares, na lateral direita da aldeia) e o fato de que foram encontrados resquícios cerâmicos e restos de animais que serviram de refeição, não se deve descartar a possibilidade dos sambaquis também terem servido de área de habitação sazonal dos povos caçadores-coletores. Também existem exemplares de sambaquis que surgiram sobre assentamentos ceramistas que não possuíam conchas em sua composição, exemplo dessa situação é o sambaqui do Bacanga, no Maranhão (BANDEIRA, 2010). Foi entre 7.000 AP e 3.000 AP que surgem os primeiros solos antropogênicos, sendo que os dados arqueológicos demonstram que essas populações poderiam ter se tornado agricultores, mas optaram por não sê-lo (Py-Daniel, Moraes, 2019).

Seguindo na linha do tempo, foram encontradas no vale Amazônico configurações espaciais que representam assentamentos humanos sedentários, e que datam aproximadamente de 3.100 AP. Esses assentamentos têm caráter unicomponencial (com uma praça central) em formato circular, que talvez representem aldeias semi-sedentárias, ainda não conectadas entre si, em um período anterior ao advento da agricultura mais intensiva. Nesse período, as populações se valiam apenas da domesticação de algumas espécies de palmeiras e tubérculos, e ocorreu uma leve intensificação na produção de Terra Preta (TP) - compostagem indígena. Na Amazônia Central, esse tipo de assentamento está relacionado à cerâmica da fase Açutuba (Heckenberger, 2010, 2013; Heckenberger, Petersen e Neves, 1999; Heckenberger et al., 2008; Moraes e Neves, 2012; Neves, 2010; 2022), que corresponde ao período de mudanças climáticas chamado holoceno tardio (4.200 AP a 2.400 AP).

Por volta do século III (1.700 AP), observa-se o início de mutações nos assentamentos humanos. Vê-se nesse período o aumento no tamanho dessas aglomerações (passam a ter cerca de 10 hectares) e proliferação de sítios sobre Terra Preta, paralelamente ao início de uma produção agrícola mais robusta. Tratava-se de uma domesticação conjunta e mais aprimorada da fauna e da flora, que viabilizou ocupações sedentárias, com uma organização circular ou semicircular, voltadas para o rio

(Heckenberger, 2010; 2013; Heckenberger, Petersen e Neves, 1999; Heckenberger et al., 2008; Moraes e Neves, 2012; Neves, 2010; 2022).

Por volta do ano 1.000 EC (950 AP), houve uma grande transformação na organização dos assentamentos humanos. Neste período foram produzidas as maiores ocupações encontradas até o momento na Amazônia central (Moraes e Neves, 2012; Heckenberger, 2010; 2013; Heckenberger, Petersen e Neves, 1999; Heckenberger et al., 2008; Moraes e Neves, 2012; Neves, 2010; 2022).

Manifestou-se uma organização espacial multicomponencial (ou seja, formação de complexos compostos por conjuntos de aldeias e ocorrência de mais de uma área cerimonial /praças). Aldeias de diferentes portes (com extensão variável entre mais de 40 ha e menos de 10 ha) foram organizadas espacialmente em torno de um núcleo central cerimonial, conectados por estradas e com posicionamento relativamente equidistante, variando de 3 a 5 km ou de 8 a 5 km, a depender do sentido cardinal que as orientava (Heckenberger, 2010, 2013; Heckenberger, Petersen e Neves, 1999; Heckenberger et al., 2008), gerando um padrão espacial em treliça, no qual as terras cultivadas e de manejo eram utilizadas conjuntamente por diversos assentamentos de um mesmo cacicado.

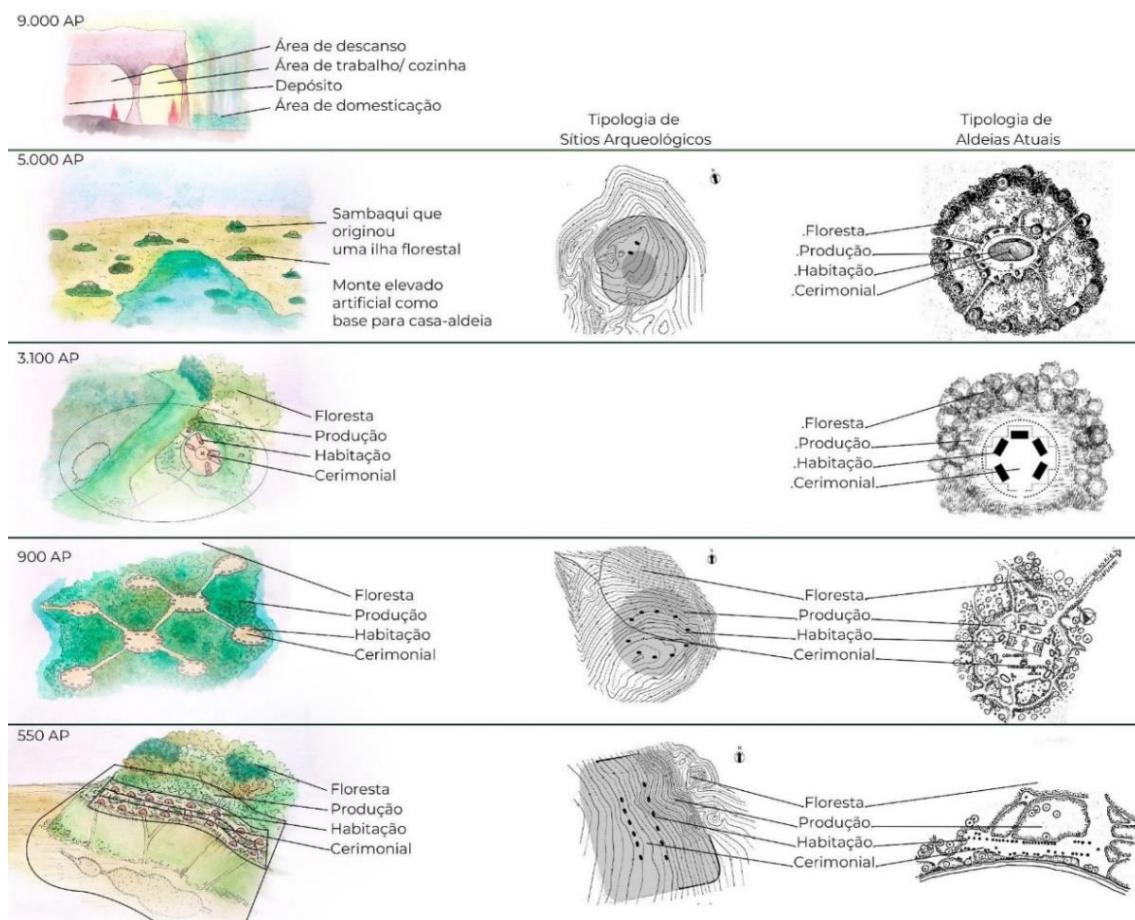
Essas condições caracterizam a formação de um arranjo galáctico, ou seja, uma articulação de assentamentos de caráter mais habitacional, gravitando em torno de assentamentos cerimoniais que não necessariamente eram os mais densamente povoados, ainda que fossem aqueles com as maiores dimensões. Eram centralidades que reuniam funções de ordem cosmológica e ritualística; espaços reservados para centros de memória, cemitérios e praça de eventos comemorativos, que demandavam maior extensão de área que os assentamentos satélites. Os últimos congregavam apenas as funções de habitação e produção, e podiam compartilhar entre si as mesmas áreas de produção (Moraes, 2010).

Os assentamentos desse período contavam com uma característica única: a construção de montículos sobre os quais se construíram as residências (Moraes, 2010). Observa-se também o refinamento das práticas de

subsistência por meio de roçados, pomares e piscinas artificiais para criação de peixes, assim como uma organização territorial que entrelaçava as unidades habitacionais e as áreas de produção em um gradiente no qual a aldeia era rodeada por uma faixa de 2,5 km, destinada à prática dos roçados; em seguida, havia uma faixa de 5 km que correspondia ao pomar, e que era onde ocorria a domesticação mais aprimorada de diversas espécies arbóreas, de modo análogo aos sistemas agroflorestais contemporâneos. Após essa faixa, havia a área de floresta densa, não utilizada para práticas de extrativismo e que servia de fronteira / barreira entre os diferentes cacicados (Heckenberger, 2010; 2013; Heckenberger, Petersen e Neves, 1999; Heckenberger et al., 2008; Moraes, 2010).

Por volta do ano 550 AP, houve uma ruptura de padrões. Iniciava-se um período de guerras e de expansão dos povos do tronco linguístico

Tupi-Guarani. Os Cacicados e Confederações foram mantidos como uma estratégia de resistência à guerra. Ocorre o abandono de diversos sítios e a organização de aldeias fortificadas com estruturas defensivas, como valas ou paliçadas, com alta densidade populacional e manutenção do formato circular, que correspondem aos relatos dos primeiros viajantes europeus que fizeram contato com estes povos. Estes atributos se tornaram característicos de povos vinculados à família linguística Arawak e Macro-jê; por outro lado, aldeias conquistadas passaram a se organizar em formato linear, característica que passou a ser relacionada aos povos da família linguística Tupi-Guarani (Heckenberger, 2010; 2013; Heckenberger, Petersen e Neves, 1999; Heckenberger et al., 2008; Moraes e Neves, 2012; Neves, 2010; 2022; LIMA, 2010). A Figura 1 oferece uma síntese esquemática desta linha do tempo.



**Figura 1.** Imagem resumo da organização pré-colonial e sua relação com os tipos morfológicos atuais (fonte: elaborado pelas autoras, adaptado de Weimer, 2018; Costa e Malhano, 1986 e Hering, 2021)

A partir dos períodos de ocupação estudados, os aglomerados humanos que antecederam o período pré-colonial possuíam pelo menos

três tipos morfológicos básicos, identificados principalmente pelas análises de solo e a escavação de montículos. Podiam ser:

circulares, lineares ou isolados (situação em que o montículo servia de base para casas-aldeias).

Esses aglomerados estavam associados à uma rede de troca de grande extensão, que conectava nichos ecológicos resultantes da adaptação mútua entre as populações indígenas e a natureza (Py-Daniel, Moraes, 2019).

### **A organização territorial indígena na atualidade**

No século XX, a literatura sobre arquitetura indígena brasileira deu ênfase aos materiais e métodos de construção das moradias de alguns povos indígenas, como os Xavante, Karajá e Yanomami. O trabalho de Weimer (2018) promoveu uma mudança neste escopo ao relacionar a arquitetura indígena com as famílias linguísticas; ele descobriu que havia unidade de padrões espaciais entre povos de uma mesma família linguística, ao mesmo tempo em que havia diferenciação entre suas formas, que poderiam ser determinadas pelo clima, pelo sítio, pela aderência a uma cosmologia ligada à língua ou pela influência que os povos exerciam uns sobre os outros. O autor aponta que seriam necessários estudos para esclarecer melhor estas influências e assume-se neste texto que os estudos arqueológicos oferecem evidências (como apresentado na Figura 1) capazes de orientar respostas a essas indagações.

A Suma Etnológica Brasileira (Costa e Malhano, 1986), ao tratar da organização espacial e arquiteturas indígenas, também agrupa as aldeias atuais em três tipos morfológicos conforme o que chamam de planta de situação. Estes são: 1) aldeias circulares, nas quais as moradias encontram-se dispostas na periferia de uma praça central de formato circular, e que possuem como suas variações as aldeias semicirculares, elípticas, em forma de ferradura e alguns tipos de casa-aldeia na qual toda a população se organiza em uma única edificação; 2) aldeias retangulares, nas quais as moradias estão dispostas em torno de um pátio central de formato retangular. Cabe considerar aqui que tanto a Suma (Costa e Malhano, 1986) quanto Weimer (2018) usam como referência deste segundo tipo morfológico as aldeias Tupi-Guarani; e há registros, ainda que não tão precisos, de que as

praças Tupi poderiam ser poligonais, dependendo da quantidade de moradias dispostas no entorno da praça, variando provavelmente de 3 a 5 casas-clã. E 3) aldeias lineares, nas quais as moradias encontram-se dispostas paralelas ao rio, podendo ocorrer um, dois ou mais arruamentos.

Em termos de tipos morfológicos, observa-se uma equivalência entre configurações pré-coloniais e contemporâneas (Figura 1). Os dois tipos mais expressivos no período pré-colonial eram os circular e o linear. Especulase que o tipo circular estava intimamente relacionado com a chamada Matriz Arawak, enquanto que o tipo linear estava relacionado com a expansão Tupi-Guarani. As configurações isoladas parecem apontar para situações do tipo casa-aldeia.

A matriz Arawak resultou da dominação que os povos dessa família linguística exerceram sobre quase toda a bacia amazônica. Muitos povos aderiram a esta matriz de forma espontânea por sua língua ser associada a prestígio, útil no comércio e na política (Eriksen, 2011). Contudo, esta adesão poderia ser parcial ou total, especialmente sua maior influência era a ligação às rotas de troca, porém, ela não promovia alterações arquitetônicas nem na configuração morfológica das aldeias.

Quando a matriz Arawak entrou em decadência, e os povos Tupi-Guarani iniciaram sua expansão rio acima, houve grandes mudanças nos sítios arqueológicos. Nas aldeias conquistadas aconteceu uma brusca ruptura do tipo circular para o tipo linear. (Heckenberger, 2010; 2013; Heckenberger, Petersen e Neves, 1999; Heckenberger et al., 2008; Moraes e Neves, 2012; Neves, 2010; 2022; LIMA, 2010). Pode-se concluir, então, que o tipo linear surgiu como uma aglutinação das estruturas do povo vencido e as influências morfológicas Tupi, de organização retangular/poligonal.

Uma outra chave de análise é oferecida por Weimer (2018) a partir das formas arquitetônicas das famílias linguísticas Arawak, Caribe, Macro-Jê, e Tupi-Guarani. Dentre os povos da família Arawak, os Campa talvez sejam o grupo mais isolado, estabelecido nas margens do Rio Pachitea, nas encostas dos Andes peruanos. Este povo contava com construções dispersas no terreno,



e por terem recebido pouca influência externa mantiveram uma organização territorial que possui grande semelhança com aquela encontrada nos sítios arqueológicos, quando o posicionamento de suas moradias é comparado com a organização dos montículos de forma esparsa. Em ambos os casos, percebe-se o conjunto central das moradias no entorno de uma área comum/cerimonial e algumas moradias formando um segundo espaço, revelando-se em um exemplo de organização multicomponencial (ver Figura 2).

No geral, os povos Arawak utilizavam o arranjo circular de distribuição das casas em torno de um pátio central impecavelmente limpo, com moradias clônicas voltadas para o centro da aldeia (ver Figura 2). Estas moradias eram ovaladas com coberturas abobadadas cilíndricas ou cônicas. Remanescentes da matriz Arawak foram encontrados por Weimer (2018) em dois lugares: 1) no alto rio Negro, seguindo as normas arquitetônicas consideradas Tukanas (uma casa-aldeia, de planta retangular e cobertura de duas águas elevada sobre meias paredes), por forte influência dos povos Tukano na região; 2) e na aldeia Chaná, estabelecida na província de Salta no noroeste da Argentina, que segue as normas arquitetônicas dos povos chaquenhos, que utilizam habitações unifamiliares de planta circular com cobertura abobadada.

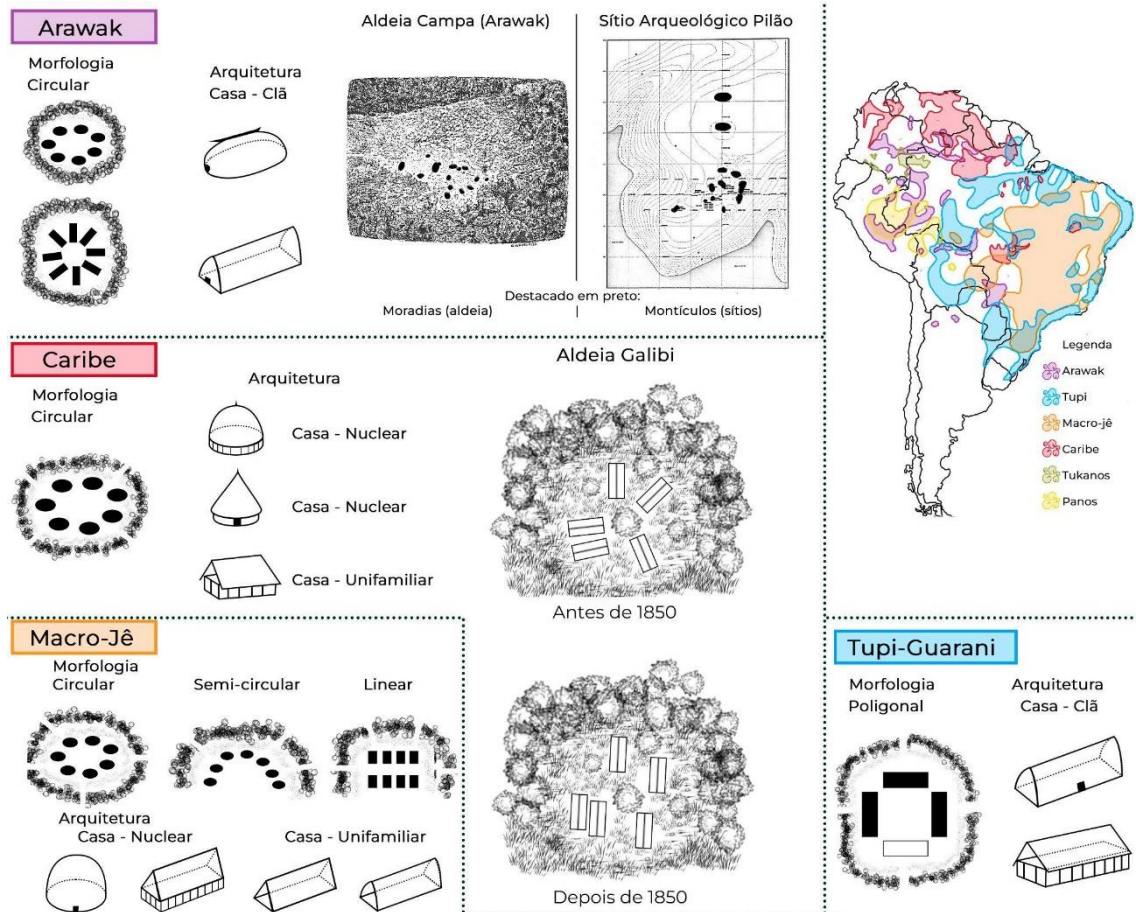
Outra matriz linguística que primou pela organização tribal de forma circular, com as moradias localizadas no entorno de uma área cerimonial central, foi a dos Caribe (ver Figura 2). Esses povos deram preferência à planta baixa circular, na qual um máximo de três famílias nucleares se abrigavam. As coberturas das casas distinguiam as aldeias dos povos Caribe (Weimer 2018). Para os caribe, é mais difícil fazer uma relação entre as organizações pré e pós-coloniais. Um exemplo dessa dificuldade é a aldeia Galibi. Os documentos mais antigos, datados do século XVIII, mostram uma aldeia formada por casas de duas águas levemente elevadas sobre o terreno (palafita) e dispostas segundo uma rede ortogonal, com a porta principal voltada para a praça. Estas características podem ser resultado tanto de influência Tupi-Guarani, quanto do contato com colonizadores. Outra mudança aconteceu durante o período da Borracha (posterior a

1850), quando sua organização foi alterada para um padrão ortogonal, porém, com todas as moradias seguindo a mesma orientação, ou seja, eliminando sua relação ancestral com a praça cerimonial.

Os Caribe não aderiram à matriz Arawak, mas mantiveram relações com as suas rotas de troca e sofreram influência de outras famílias linguísticas, quando havia vizinhança, como é o caso dos Vaimiri-atroaris, que mantiveram sua planta circular com cobertura cônica, porém, seguem o modo Tukano de ocupar o território com uma casa-aldeia. A força da influência Tukana pode indicar o declínio da matriz Arawak, e também que estes povos não sofreram influência Tupi por se localizarem longe da área de expansão daquela matriz linguística. Ao que parece, a família linguística de prestígio entre as demais, exportava sua organização territorial (Weimer, 2018).

Os povos da família Macro-Jê são os que apresentam a maior quantidade de organizações territoriais e tipos arquitetônicos, distribuídos em extenso território (ver Figura 2). De modo geral, a preferência é dada para a morfologia circular, porém, diferentemente da matriz Arawak, os Macro-Jê possuem praças centrais que variam entre completamente limpas (exemplo dos Bororo) ou com vegetação rasteira (os Ofaié), cercadas por moradias habitadas por duas ou três famílias nucleares, podendo ou não ocorrer uma organização clônica dessas moradias como ocorre com os Bororo. Atualmente, o exemplar mais característico da variante semicircular entre os Macro-Jê é a aldeia Xavante, enquanto que o exemplar mais característico da morfologia linear é a aldeia Karajá (Weimer, 2018; Costa e Malhano, 1986). No período pré-colonial, o território Macro-Jê estava situado, entre a grande área de atuação da Matriz Arawak, a oeste, e as áreas ocupadas por povos Tupi-Guarani, a leste. Estas duas influências, aliadas aos diferentes climas e geomorfologias, e ao contato com os colonizadores, podem explicar a quantidade de tipos morfológicos e arquitetônicos identificada na matriz Macro-Jê. A Figura 2 resume as organizações espaciais e arquitetônicas das famílias linguísticas discutidas, incluindo o exemplo de configuração dos Campa e Galibi.



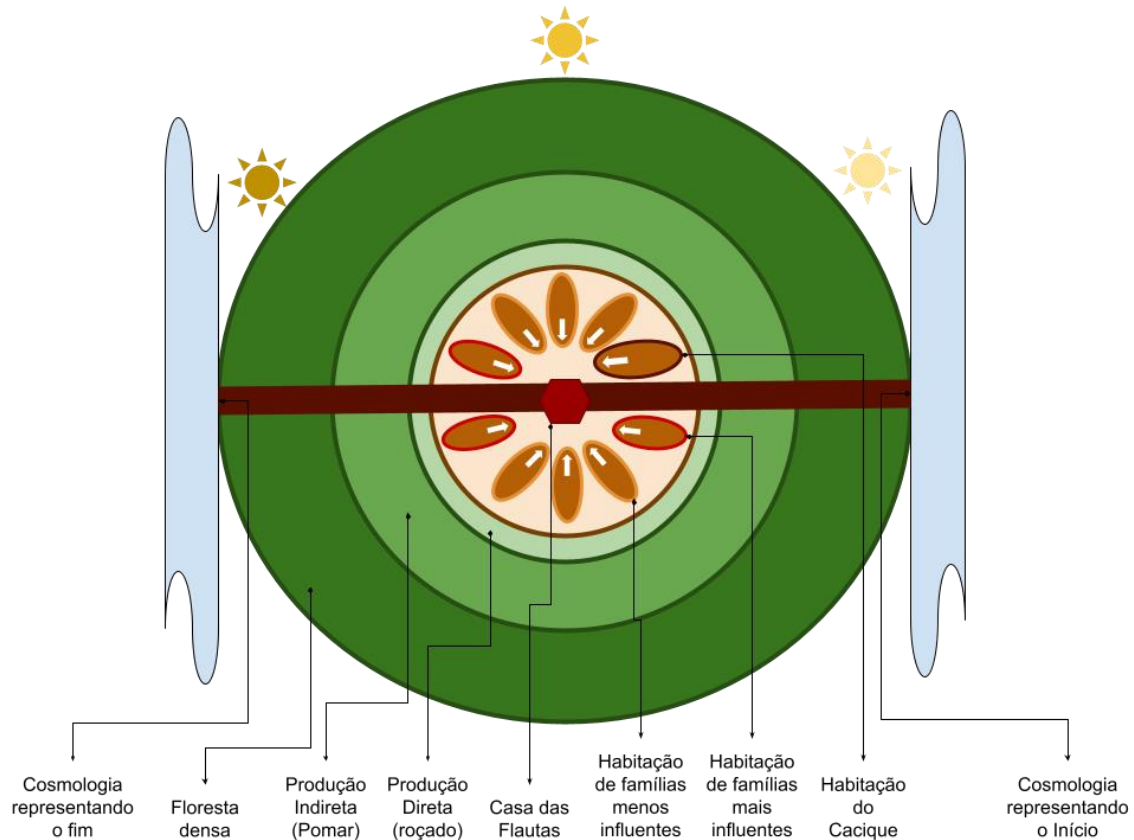


**Figura 2.** Figura resumo da organização territorial indígena atual (fonte: elaborado pelas autoras a partir de Weimer, 2018)

Tomando-se como referência os povos indígenas que habitam o Parque Indígena do Xingu, observa-se que a morfologia típica do parque é a circular, porém algumas aldeias de povos pertencentes à família Tupi, como os Kawaiweté e os Yudjá seguem o padrão típico Tupi de aldeia poligonal/ linear. É importante também ressaltar que muitas dessas aldeias não estão isoladas e, dependendo da etnia, possuem conexões próprias entre as aldeias, por exemplo os Kawaiweté, que ocupam as margens do Rio Xingu, possuem aldeias conectadas de forma linear e paralela ao rio, enquanto que as diversas etnias localizadas próximo ao posto indígena Leonardo Vilas Boas estão conectadas por estradas e formam algo parecido com uma constelação.

Há de se ressaltar aqui que a organização espacial indígena vai além da simples noção de casas ao redor de uma praça central. Diversas etnias, de acordo com sua

cosmologia, seguem uma organização territorial chamada de arquitetura do céu (ver Figura 3) na qual a praça central é cortada por uma estrada implantada no sentido leste-oeste que liga as aldeias a um ponto cosmológico de destaque, no qual o nascer do sol tem um papel primordial. A moradia do cacique se localiza nesse quadrante leste da praça e é distinguível das demais por possuir um tamanho maior. As moradias mais próximas ao caminho do sol pertencem às famílias mais influentes, ou seja, aquelas ligadas ao cacique por laços de matrimônio e consanguinidade. As demais moradias pertencem às famílias menos influentes, no sentido de quanto mais longe do caminho menos elas estão ligadas ao cacique. O sol a pino é marcado na aldeia pela posição central da casa dos homens ou casa das flautas, enquanto que o pôr-do-sol é marcado por outro ponto cosmológico de destaque, sendo o mais comum esse ponto ser um segundo rio (ISA, 2011).



**Figura 3.** Figura resumo da organização territorial indígena atual  
(fonte: elaborado pelas autoras)

Outra questão de destaque são as práticas funerárias, alguns povos mantêm seu solo sagrado para sepultamentos próximo ao centro geométrico de suas aldeias, no caso dos povos com configuração linear esse espaço sagrado fica do lado direito próximo ao rio. Outros povos também possuem outra estrutura física ligada à cosmologia próximo ao seu centro geométrico: uma gaiola de gavião real. Esta prática, ao que tudo indica, é um resquício extremamente ancestral que remonta à ligação genética dos povos indígenas atuais com os povos siberianos, que mantinham no centro de sua organização territorial uma gaiola de urso, animal considerado sagrado (ISA, 2011; Costa, Malhano, 1986; Weimer, 2018).

Conclui-se, portanto, que a territorialidade indígena mantém características ancestrais que relacionam o indivíduo com o grupo e este com a natureza ao redor. Independentemente da arquitetura da moradia e da disposição de suas portas em relação aos espaços comuns (que marcam as especificidades de cada povo), a macro organização das aldeias, ou seja, a relação dos usos cerimonial,

habitacional, de produção e a floresta segue padrões semelhantes e essa indissociabilidade garantiu a sobrevivência desses povos, mantendo a floresta de pé, por mais de 10.000 anos.

### **Paralelos entre a cidade jardim indígena e a cidade jardim howardiana**

A urbanização pós-revolução industrial pressupõe a concentração de pessoas para a moradia e para o trabalho, aglutinando uma população de dezenas de milhares de habitantes, com a formação de metabolismos que exaurem os ecossistemas do seu entorno (MacGregor, 2022). Em 10.000 anos de história, dentre os povos da floresta que habitam a Amazônia, a separação da natureza como algo fora do assentamento humano não existe. Para a visão de mundo indígena, a natureza é parte do indivíduo, como seu ancestral, desse modo são vistos o mineral, o vegetal, animal ou mesmo trovões e arco-íris (JECUPÈ, 2020). Os interstícios de floresta, ou natureza, são espaços de provisão de sustento, proteção e conexão. Nesse contexto,

o assentamento humano é uma aglomeração de moradias para se viver, usufruir, compartilhar infraestruturas e serviços, enquanto o trabalho acontece de forma difusa tanto ao redor da aldeia quanto nas áreas de produção na floresta.

Os paralelos tecidos nesta seção partem unicamente da proposta original apresentada no livro *“Garden cities of To-morrow”* (Howard, 1902), que previa a criação de um centro urbano de caráter comunitário, cujo ponto central seria uma grande praça em torno da qual se localizariam os usos institucionais e comerciais. No entorno desse conjunto central se estenderia a área residencial, altamente arborizada. Esse núcleo urbano tornar-se-ia completo com os usos industriais e fazendas de produção, localizadas no entorno da área residencial e não passaria por processos de expansão. Quando o limite de 32.000 habitantes fosse alcançado, uma nova área urbana seria implantada, seguindo a mesma organização de usos, a certa distância, de modo que fazendas e indústrias estariam separadas do núcleo central por um cinturão verde de reserva natural. Um conjunto regional seria formado pela articulação de seis núcleos menores a um núcleo central de maior porte, conectados entre si por sistemas de transporte e comunicação bem definidos. Ter-se-ia, portanto, um gradiente de usos da organização espacial das Cidades Jardins composto por: praça pública/ lazer | área institucional | área habitacional | áreas de produção e industrial | reserva ecológica.

Com a concepção teórica da Cidade Jardim, Howard (1902) procurava resolver os problemas das cidades que eram insalubres e superlotadas e os problemas do campo como solidão, falta de recursos e pobreza, mas em nenhum momento ele abordou a complexidade ecossistêmica. Sua abordagem seguia a tendência antropocêntrica e funcionalista da época; a reserva florestal era designada como um cinturão verde onde predominariam usos de baixa densidade que demandam grande área de implantação, como os cemitérios, universidades e fazendas.

Esta concepção ilustra a típica separação entre sociedade e natureza, estabelecida na era industrial, posicionando o “natural” como algo externo aos assentamentos humanos, que eram vistos como espaços da degradação e da

artificialização; justificava-se desse modo a exploração de recursos e a precariedade das áreas proletárias nas cidades em oposição aos bairros jardins, e a manutenção de parte do que está fora do assentamento como “natureza intocada” para o usufruto de grupos sociais privilegiados (Smith, 1988; Diegues, 1994).

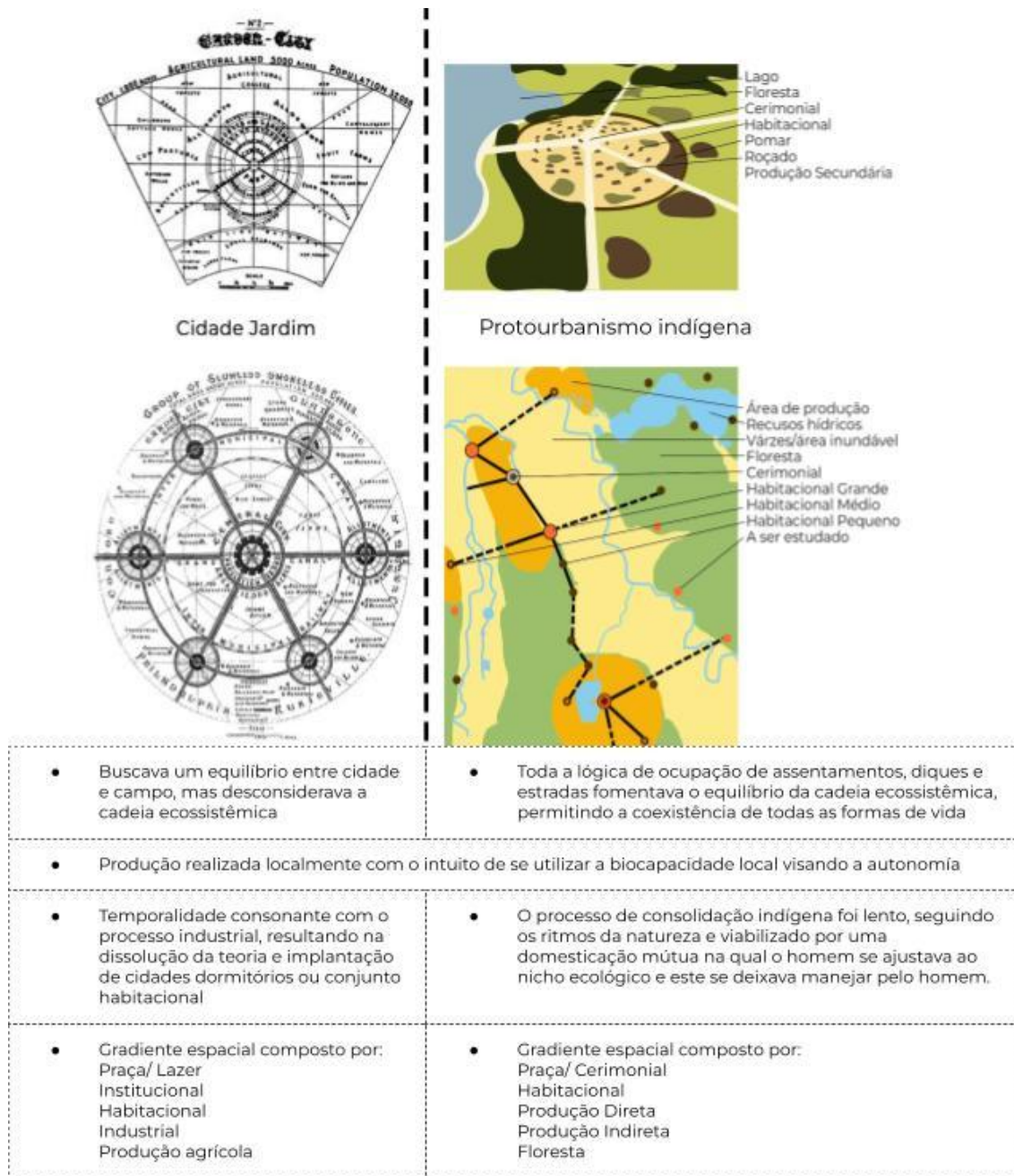
Quando se analisa a composição espacial dos cacicados no período pré-colonial<sup>2</sup>, observa-se uma estrutura espacial inquietantemente similar à proposta de Howard. Guardadas as devidas proporções quanto à escala da economia pré-industrial e pré-moderna praticada pelos povos indígenas, que utilizavam madeira e outros biomateriais para a implantação de seus núcleos urbanos centrais - e atingiam mais de 40 ha de área - e seus núcleos satélites, que variavam entre 10 a 30 ha - e a ocorrência de interstícios de floresta, ocorria a formação de um complexo mosaico de áreas de produção e florestas antropogênicas de baixo e médio porte, que eram manejados em complexos ciclos rotacionais. Percebe-se um gradiente da organização espacial composto pelos seguintes usos: a praça cerimonial | área habitacional | área de produção direta (roçados, fabrico de cerâmica, equipamentos de caça) | área de produção indireta (manejo e domesticação de árvores e palmeiras, extrativismo e caça | floresta densa, conforme ilustra a Figura 4.

Até o presente, a organização dos povos indígenas segue o gradiente espacial de usos, ainda que a rede de aldeias de uma etnia isolada ou conjunto de etnias também englobe os postos indígenas, como é o caso no Parque do Xingu (ISA, 2011).

A historiografia deixada por Peter Hall (1998) informa que Ebenezer Howard, era natural dos arredores de Londres, e quando jovem emigrou para os Estados Unidos, onde recebeu terras no Nebraska; sem sucesso como agricultor, mudou-se posteriormente para Chicago, universalmente conhecida como “Cidade Jardim”, onde morou por quatro anos antes de retornar à Inglaterra. Sob tais circunstâncias, Howard possuía experiências de vida tanto em área rural quanto em diferentes escalas urbanas (grandes centros urbanos, como Chicago e Londres e centros menores, como os dos condados de Suffolk e Hertfordshire). Observando os

problemas urbanos ligados ao desenvolvimento industrial de Londres, Howard detalhou suas ideias por meio de autores que pregavam a reforma social através da criação de colônias de pobres. Por exemplo, ele tirou a maioria dos traços básicos de seu diagrama para a Cidade Jardim, da cidade modelo de James Silk Buckingham,

enquanto de Edward Gibbon Wakefield veio o detalhamento para o sistema de satélites (Hall, 1998). O sistema Wakefield de colonização previa que quando uma colônia atingisse certo limite de tamanho, uma nova deveria ser iniciada a certa distância e separada por um cinturão verde da original.



**Figura 4.** Esquema comparativo entre a organização espacial da Cidade Jardim e da espacialidade indígena (fonte: adaptado de Howard, 1902 e Heckenberger, 2009)

Destaque-se aqui dois detalhes importantes: 1) a cidade de Buckingham apresentava um diagrama retangular, porém segmentado de forma radial, na qual a área central seria

ocupada por uma grande praça cercada por 8 níveis residenciais (as camadas mais pobres na periferia e as mais abastadas no entorno imediato da praça central), ênfase aqui para a



praça central rodeada por área residencial; 2) tanto Wakefield quanto Buckingham advogavam por um sistema galáctico de núcleos secundários independentes, porém ligados ao núcleo principal, tal ênfase no sistema galáctico poderia ser uma reapropriação da organização espacial da Grécia antiga (Burke, 1971).

A teoria de Wakefield também deliberou que a terra deveria ser pública, ainda que passível de ser convertida em privada com o pagamento de um preço suficiente por parte das populações migrantes, que alimentaria um fundo para custear os migrantes sem recursos, e que seriam trabalhadores assalariados (Burke, 1971). A noção de propriedade coletiva que Howard amalgamou das teorias de autores como Alfred Marshall, Piotr Kropotkin e Thomas Spencer, definiu que a Cidade Jardim seria adquirida por uma coletividade e todos pagariam aluguéis por seus lotes para pagar o financiamento das terras coletivas (Hall, 1998). Assim, quando a cidade estivesse implantada, tanto os aluguéis quanto a valorização da terra seriam convertidas aos cofres desta comunidade para serem utilizados na manutenção dos serviços públicos (Howard, 1902; Hall, 1998).

O que separava a teoria de Howard das demais que lhe serviram de embasamento, é que estas, em sua grande maioria, eram voltadas para a colonização utilizando as populações dos mais baixos estratos sociais, enquanto a Cidade Jardim de Howard era voltada para a classe média Londrina.

Howard propunha propriedades coletivas, estruturadas em um sistema galáctico, no qual os núcleos seriam pequenas cidades de 30.000 a 32.000 habitantes, onde os diversos usos estariam dispostos de forma concêntrica, mas basicamente enfatizando uma área de produção no entorno de uma área habitacional que, em última instância, convergia para uma praça central.

As experiências de implantação de sua proposta não alcançaram o equilíbrio entre assentamentos humanos e natureza, apenas a oferta de cidades dormitório com padrões urbanísticos melhores do que era praticado na Inglaterra à época (Hall, 1988). Segundo cosmovisões próprias, os povos indígenas amazônicos considerados incultos, incivilizados, bárbaros, adotaram por milhares

de anos um sistema de apropriação coletiva organizado espacialmente de forma galáctica, com núcleos habitacionais com cerca de 10.000 habitantes, com usos dispostos de forma concêntrica, enfatizando uma área de produção localizada no entorno de uma área habitacional, organizada no entorno de uma praça central. Há de se destacar ainda que essa organização galáctica contava com uma densidade populacional maior que a estimada para as milhares de *poleis* da Grécia Antiga, parâmetro de urbanização das civilizações europeias (Py-Daniel, Moraes, 2019). O sistema de organização territorial para o espaço regional dos Kuikuros, por exemplo, era altamente hierarquizado, e a divisão territorial entre centralidades e suas áreas de influência cobria 30.000 km<sup>2</sup>, ou seja, uma área do tamanho da Bélgica (Mann, 2008).

Tais espacialidades e morfologias sustentaram longos relacionamentos com ecossistemas. Os povos da floresta (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas) que descendem dos povos originários e de africanos escravizados trazidos para a região, ainda seguem a organização espacial ancestral e mantêm a conexão com a floresta (Kopenawa e Albert, 2015; Saunier, 2023; Oliveira, 2020; Cardoso, 2021). Nestes grupos, destaca-se a noção da gestão coletiva da terra, que fez das aldeias indígenas uma forma de ocupação longa, assim como as ocupações tradicionais, como a ribeirinha, que resistiram por séculos, e hoje sofrem processos de apagamento igualmente intensos devido ao avanço de monocultivos e desmatamento em direção às várzeas dos grandes rios (Tagore, Monteiro e Canto, 2020).

A propriedade privada nunca existiu na concepção indígena de ocupação do território, nem tampouco o lote individualizado ou a quadra; mas há domínios e rotas de fluxo muito claros. Existe uma clara demarcação territorial entre os sexos: a casa das flautas ou casa dos homens é domínio exclusivo masculino. Enquanto as habitações são domínio exclusivo feminino, o casamento é uma instituição matriarcal, o homem deixa a moradia da mãe e vai morar com a esposa, no caso de separação ele volta "à casa da mãe" ou vai morar com uma nova esposa. Neste universo definido por linhagens femininas e por cosmovisões que reconhecem espírito e matéria como igualmente importantes, há uma

ênfase no cuidado, na preservação da vida e na gestão comum dos recursos (ISA, 2011; Weimer 2018).

O centro da aldeia é um espaço comunitário, com certa ênfase para o domínio masculino. A área de produção atrás da moradia, também é de uso comunitário, porém com certa ênfase para o domínio feminino. A área de floresta próxima, os pomares, é de domínio comunitário e dependendo da etnia e da organização dos povos, essa área pode ser utilizada por várias aldeias. Todos trabalham igualmente para o sustento da aldeia, ainda que haja a divisão do trabalho (aquele que caça e pesca, o que trabalha na roça, ou prepara os alimentos) não ocorre a individualização da produção, ou seja, o usufruto do trabalho é coletivo (Weimer 2018).

A introdução da noção de propriedade privada no período colonial, por ação das missões religiosas, pulverizou as aldeias. Na organização territorial ribeirinha a relação rio-

habitação-produção foi individualizada por meio de clareiras em que as habitações de um núcleo familiar se distribuem de modo esparso ao longo dos rios e igarapés (Arenz, 2000).

### Observações finais

Neste artigo, a elaboração dos croquis e diagramas permitiu o diálogo entre o passado pré-colonial, as formulações teóricas urbanísticas de Ebenezer Howard e as configurações atuais dos assentamentos de povos indígenas, evidenciando a evolução dos assentamentos humanos desde soluções como os abrigos em cavernas até uma espacialidade que pode ser considerada um proto-urbanismo, cujos padrões espaciais podem subsidiar soluções endógenas (de urbanismo/paisagismo/planejamento) para as cidades amazônicas. O Quadro 1 oferece uma síntese do léxico da arquitetura e morfologia mobilizados no texto e algumas conclusões pontuais.

**Quadro 1.** Termos e noções referentes à arquitetura e morfologia indígena (elaborado pelas autoras)

Arquitetura	Produzida com biomateriais, está intimamente ligada a uma expressão cultural, como a língua falada, ou ao prestígio dentre matrizes linguísticas que ocupam uma mesma área. Figura como objeto concreto de Bioarquitetura.
Tipos Arquitetônicos de Povos Indígenas	Existem 4 formas básicas para os telhados: tenda; cúpula; duas-águas; e abóbada Existem 2 formas de planta baixa: retangular e circular Existem 4 tamanhos de edificação: Casa-Aldeia; Clânica (de 5 a 10 famílias ou mais); Nuclear (de 2 a 4 famílias); e Unifamiliar. Cada matriz linguística se utiliza de um conjunto específico dessas 3 características.
Espacialidade	A área cerimonial é o ponto focal para os tipos morfológicos circular (e variantes) e poligonal; o rio é o ponto focal para o tipo morfológico linear. A orientação das edificações converge para o ponto focal, que também define a orientação do traçado viário em pontos cardeais. A articulação entre cultura e espacialidade é biocentrada. As aldeias possuem, portanto, setorização de usos e funções, padrões de edificação (em sua grande maioria multifamiliar), traçado viário inter e intra-aldeias e floresta circundante.
Organização Espacial	Normalmente concêntrica, com faixas de uso desde o ponto focal cerimonial, que usualmente está localizado no centro geométrico do assentamento. Quando a composição espacial é policêntrica (conjunto de várias aldeias) ela pode ser de dois tipos: Linear (seguindo o curso de um rio) ou galáctica (quando as estradas são implantadas seguindo alguma direção cardinal, usualmente nos sentidos noroeste-sudeste ou nordeste-sudoeste). Organização biocentrada e figura como objeto concreto de Biourbanismo.
Territorialidade	É definida pela matriz linguística e entende a articulação dos usos como algo indissociável do próprio indivíduo. Para o indígena, a natureza é um ancestral e faz parte de sua consanguinidade. O território de uma aldeia é de forma resumida e simplificada uma área ótima de biocapacidade local capaz de suprir todas as necessidades da aldeia ou conjunto de aldeias, tendo sempre um espaço de floresta densa como divisa e/ou espaço permeável entre territórios (macroinfraestrutura verde).

Observou-se que a organização territorial indígena possui um conjunto de características que a diferencia de outros tipos de organização territorial. Ela possui elementos dinâmicos, que resultam de transculturações, e de permanências que se demonstram muito responsivas ao meio. Disso resultam os registros remanescentes, ainda pouco decodificados, nas comunidades classificadas como rurais na Amazônia brasileira, sejam elas ribeirinhas ou vilas implantadas ao longo das estradas e rodovias do presente. Diante do material analisado neste artigo é possível dizer que a maior permanência morfológica é a organização espacial em rede ou constelação, com a manutenção dos interstícios de floresta, ainda que a configuração dos assentamentos varie no interior das clareiras.

A visão de Howard ainda hoje inspira discussões sobre planejamento urbano equilibrado e sustentável, mas sua formulação tornou-se mais conhecida a partir dos projetos físicos de cidades (depois transformadas em cidades-dormitório) como Letchworth e Welwyn, e não pela premissa de liberdade e cooperação, ou da ‘propriedade comunitária do solo’. Desde uma visão de mundo totalmente diferente daquela praticada por sociedades capitalistas e industriais, a gestão coletiva do território e o respeito aos limites de manejo da floresta dos povos indígenas, constituíram uma configuração espacial que coexiste com a floresta e se aproxima conceitualmente da concepção original de cidade jardim, por formar um espaço social, e que não privilegiou a domesticação de algumas poucas espécies, mas sim do ambiente como um todo. Gerou nichos ecológicos que permitem às populações atuais manter os registros do urbanismo galáctico e manter estratégias de caçadores-coletores que continuam eficientes para a agroecologia dos povos da floresta. Perdeu-se a chave de leitura desta forma de ocupação como uma manifestação de urbanização nativa; o protagonismo metropolitano do pós-guerra e o avanço da devastação do bioma amazônico os reposicionaram como aglomerados rurais (IBGE, 1999), sem compreender as redes e formas de organização regional. As formulações de espaço social da cidade jardim favorecem novos possíveis enquadramentos dessas práticas no campo dos estudos urbanos e regionais.

É imprescindível proteger e ressignificar os registros que resistem, e compreender que não se deve considerar uma aldeia indígena isoladamente, como um conjunto de casas ao redor de uma praça central no meio da floresta, mas sim recuperar o conjunto espacial indissociável entre os gradientes de intervenção humana, que adotavam rios e floresta como uma macroinfraestrutura verde e azul. O protourbanismo da floresta pode e deve servir de referencial para a urbanização amazônica contemporânea, em um verdadeiro movimento decolonial, por ser capaz de integrar questões socioambientais e ecossistêmicas. Em tempos de crise climática, valorizar essa perspectiva endógena e descobri-la das camadas impostas pelos modos de pensar, existir e exercer poder de matrizes culturais euro-americanas revelará que a dicotomia urbano rural foi instrumental para a conversão da floresta em outros usos da terra voltados para exportação. O paralelo entre práticas espaciais milenares e a utopia de Howard, reforça que o movimento fluido dos povos da floresta pode ampliar as possibilidades de adaptação do urbanismo e planejamento urbano e regional ao contexto socioambiental do século XXI.

## Notas

<sup>1</sup> Domesticação da paisagem é um processo consciente ou não de manipulação de componentes da paisagem que resulta em mudanças nas populações de plantas e animais, de modo a tornar a paisagem mais produtiva e segura para o homem. Esse processo possui estágios - co-evoluída, incipientemente domesticada, semi-domesticada e domesticada. Se no início a domesticação era imperceptível e inconsciente, quando ela se tornou consciente (por meio, por exemplo, da seleção de sementes) viabilizou técnicas de subsistência e ao longo do tempo, em uma sequência gradual, secular ou mesmo milenar, surgiram novas técnicas e se constituíram sistemas de produção de alimentos. Na Amazônia, as consequências dessas intervenções foram a expansão de zonas de transição ecológica, atração de caça e favorecimento da reprodução de indivíduos e espécies desejáveis, aumentando a disponibilidade de recursos sem a destruição da floresta, resultando (por volta do período de contato



com os europeus) em pelo menos 138 espécies com populações em diferentes estágios de domesticação (sem contar plantas ornamentais e medicinais), das quais 83 eram nativas da Bacia Amazônica e 55 espécies eram exóticas, introduzidas de outras partes da América do Sul e da Mesoamérica, com a maioria das espécies nativas sendo arbóreas, enquanto que as exóticas eram uma mistura de anuais, semi-perenes e arbóreas (Clement, 2008; 2014; 2019; Clement, Cassino, 2018).

<sup>2</sup> Em particular o caso dos ancestrais do povo Kuikuro, da família linguística Caribe, estudado por Heckenberger, 2009; 2013.

### Referências

- Arenz, K. H. (2000) *Filhos e filhas do beiradão: a formação sócio-histórica dos ribeirinhos da Amazônia* (Faculdade Integrada do Tapajós, Santarém).
- Bandeira, A. M. (2010) “Ocupações pré-históricas de pescadores-coletores e ceramistas no Litoral Equatorial Amazônico: a antiguidade cerâmica em foco”, em Pereira E., e Guapindaia V. (Orgs.), *Arqueologia Amazônica 2* (Mpqe; Iphan; Secult., Belém) 655-680.
- Burke, G. L. (1971) *Towns in the making*. (Edward Arnold, London).
- Cardoso, A. C. D. (2021) Trama dos povos da floresta. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, 28(3), 57-87. doi: 10.35699/2316-770x.2021.46237.
- Carneiro, M.; Magalhães, S. e Adams, C. (2020) “Territórios e Direitos de Povos Indígenas”. *Nexo Políticas Públicas*. [http://pp.nexojournal.com.br/linha-do-tempo/2020/Territórios-e-direitos-dos-povos-indígenas](http://pp.nexojournal.com.br/linha-do-tempo/2020/Territorios-e-direitos-dos-povos-indigenas)
- Clement, C. R. (2014) “Crop domestication in the Amazon”, *Encyclopedia of the History of Science, Technology, and Medicine in Non-Western Cultures*, 1-7. doi: 10.1007/978-94-007-3934-5\_9876-1
- Clement, C. R., Denevan, W. M., Heckenberger, M. J., Junqueira, A. B., Neves, E. G., Teixeira, W. G., e Woods, W. I. (2015) “The domestication of Amazonia before European conquest”. *Science*, 321 (5892) 1214-1217. doi: 10.1126/science.1159769
- Clement, C. R. (2018) “Landscape domestication and archaeology”, *Encyclopedia of global archaeology*. 1-8. doi.org/10.1007/978-3-319-51726-1\_817-2
- Clement, C. R. (2019) “Da domesticação da floresta ao subdesenvolvimento da Amazônia”, *cadernos de debate*. 14, 11-52.
- Costa, M. H. F., e Malhano, H. B. (1986) “Habitação indígena brasileira”. em D. Ribeiro (Org.), *Suma Etnológica Brasileira Vol. 2, Tecnologia indígena*, (Vozes; Finep, Petrópolis) 27-92.
- Cruz, V. C. (2008) “O Rio Como Espaço de Referência Identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia”. em S. C. Trindade Júnior, e M. G. da C. Tavares (Orgs.), *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. (EDUFPA, Belém) 49-69.
- Diegues, A. C. (1994) *O mito moderno da natureza intocada*. (NUPAUB – Universidade de São Paulo, São Paulo).
- Dussel, E. (2000) *Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão*. (Vozes, Petrópolis).
- Eriksen, L. (2011) *Nature and Culture in Prehistoric Amazonia: using GIS to reconstruct ancient ethnogenetic processes from archaeology, linguistics, geography, and ethnohistory*. (Lund: Lund University).
- Fanon, F. (2008[1952]) *Peles negras máscaras brancas*. (Edufba, Salvador).
- Faustino, C., e Furtado, F. (2015) *Economia verde, povos das florestas e territórios: violações de direitos no estado do Acre*. (Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma DHESCA - Brasil. Rio Branco).
- Gondim, N. (1994) *A invenção da Amazônia*. (Marco Zero, São Paulo).
- Hall, P. (2002) *Cities of tomorrow: an intellectual history of urban planning and design in the twentieth century*. (Blackwell Publishing, Oxford).
- Heckenberger, M. J. (2010) “Archaeology and cultural memory in Amazonia”. em Pereira E., e Guapindaia V. (Orgs.), *Arqueologia Amazônica 2* (Mpqe; Iphan; Secult., Belém) 519-544.

- Heckenberger, M. J. (2013) "Tropical Garden Cities: archaeology and memory in the southern amazon". *Revista Cadernos do Ceom*, 1, 185-207.
- Heckenberger, M. J., et al. (2008) "Pre-Columbian Urbanism, Anthropogenic Landscapes, and the Future of the Amazon". *Science*, 321(5893), 1214-1217. doi: 10.1126/science.1159769.
- Heckenberger, M. J., Petersen, J. B., e Neves, E. G. (1999) "Village size and permanence in Amazonia: two archaeological examples from Brazil". *Latin American Antiquity*, 10(4), 353-376. doi: 10.2307/972305.
- Heckenberger, M. (2009) "The lost cities of the Amazon: the amazon tropical forest is not as wild as it looks". *Scientific American*, 64-71
- Heckenberger, M. (2012) "Tropical Garden Cities: cultural values and sustainability in the Amazon's". *Proceedings Of The 2nd World Sustainability Forum*, 1-39
- Howard, E. (1902) *Garden cities of tomorrow*. (S. Sonnenschein e Co., Ltd, London).
- IBGE (1999) *Noções básicas de cartografia*.(Rio de Janeiro, IBGE).
- IPCC, (2022) "Summary for Policymakers" em IPCC, *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. 3–33, doi:10.1017/9781009325844.001.
- IPCC. (2023) *Relatório Síntese.Governo Federal do Brasil*. [https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy\\_of\\_IPCC\\_Longer\\_Report\\_2023\\_Portugues.pdf](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf).
- IPCC. (2023) *Climate Change 2023: synthesis report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*.(Ippc. Geneva)
- ISA. (2011) *Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos*.(Instituto Socioambiental, São Paulo).
- Jecupé, K. W. (2020) *A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio* (Peirópolis, São Paulo).
- Kopenawa, D.; Albert, B. (2015) *A Queda do Céu*. (Companhia das Letras, São Paulo).
- Leite Filho, D. C. (2010) "Ocupações pré-coloniais no litoral e nas bacias lacustres do Maranhão". em Pereira E., e Guapindaia V. (Orgs.), *Arqueologia Amazônica 2* (Mpg; Iphan; Secult., Belém) 741-774.
- Lima, H. P. (2010) A "longue durée" e uma antiga história na Amazônia Central". em Pereira E., e Guapindaia V. (Orgs.), *Arqueologia Amazônica 2* (Mpg; Iphan; Secult., Belém) 605-628.
- Loureiro, V. R. (2022) *Amazônia Colônia do Brasil*. (Editora Valer).
- Loureiro, V. R. (2019) "Amazônia: da dependência a uma nova situação colonial". em Castro, E. (Org.). *Pensamento crítico latino-americano*. (Annablume, São Paulo) 197-224.
- Magalhães, M. P. (1994) *Arqueologia de Carajás: a presença pré-histórica do homem na Amazônia*. (Companhia Vale do Rio Doce, Belém).
- Mann, C. C.. (2008) "Ancient earthmovers of the Amazon", *Science*, 321 (5893) 1148-1152
- McGregor, A. (2022) *Biourbanism: cities as nature: a resilience model for anthromes*. (Biourbanism Publishing Pty Ltd, London).
- McGregor, A. e Cowdy, M. (2023) "Biourbanism | cities as nature: a resilience model for anthromes". *Science Talks*, 7, 100238. <http://dx.doi.org/10.1016/j.sctalk.2023.100238>.
- Mignolo, W. D. (2003) *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. (Ed. UFMG, Belo Horizonte)
- Mignolo, W. D. (2017) "Colonialidade: O Lado Mais Escuro Da Modernidade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94) 01–17 DOI: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>
- Moraes, C. P. (2010) "Aldeias circulares na Amazônia Central: um contraste entre fase paredão e fase guarita". em Pereira E., e Guapindaia V. (Orgs.), *Arqueologia*

- Amazônica 2* (Mpge; Iphan; Secult., Belém) 581-604.
- Moraes, C. P., e Neves, E. G. (2012) “O ano 1000: adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia Central”. *Amazônica*, 1(4), 122-148.
- Neves, E. G. (2006) *Arqueologia da Amazônia*. (Zahar, Rio de Janeiro).
- Neves, E. G. (2010) “Arqueologia da Amazônia Central e as classificações na Arqueologia Amazônica”. em Pereira E., e Guapindaia V. (Orgs.), *Arqueologia Amazônica 2* (Mpge; Iphan; Secult., Belém) 561-580.
- Neves, E. G. e Castriota, R. (2023) “Urbanismos tropicais”. *Piseagrama*, (edição especial Vegetalidades, Belo Horizonte) 64-73.
- Oliveira, K. D. (2020) “Entre a Várzea e Terra Firme - Estudo de espaços de assentamentos tradicionais urbanos rurais na Região do Baixo Tocantins”, Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade federal do Pará, Brasil.
- Py-Daniel, A. R., et al. (2017) *Uma Santarém mais antiga sob o olhar da Arqueologia*. (Mpeg, Belém).
- Py-Daniel, A.R. (2010) “O que o contexto funerário nos diz sobre populações passadas: o sítio Hatahara”. em Pereira E., e Guapindaia V. (Orgs.), *Arqueologia Amazônica 2* (Mpge; Iphan; Secult., Belém) 629-654.
- Quijano, A. (2005) “Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina”. em *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. 227–278.
- Roosevelt, A. C. (1993) “The Rise and Fall of the Amazon Chiefdoms”. *L' Homme*, 33(126) 255-283.  
<http://dx.doi.org/10.3406/hom.1993.369640>.
- Saunier, C. (2023) "Espaços construídos dos quilombos no Pará - séculos XIX ao XXI", Tese de Doutorado não publicada, Universidade Federal do Pará, Brasil.
- Smith, N. (1988) *Desenvolvimento Desigual*. (Bertrand Brasil, Rio de Janeiro).
- Souza, M. (2019) *História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI*. (Record, Rio de Janeiro).
- Souza, M. (1997) *A Expressão Amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*. (AlfaOmega São Paulo).
- Tagore, M. de P. B.; Monteiro, M. de A e Canto, O. do. (2020) “A cadeia produtiva do açaí: estudo de caso sobre tipos de manejo e custos de produção em projetos de assentamentos agroextrativistas em Abaetetuba, Pará. Amazônia, Organizações e Sustentabilidade”, *Galoa Events Proceedings* 8(2) 99.
- Weimer, G. (2018) *Arquitetura indígena: sua evolução desde suas origens asiáticas*. (Edigal, Porto Alegre)

### Tradução do título, resumo e palavras-chave

*Garden cities of yesterday, lessons from the morphological heritage of indigenous peoples*

**Abstract.** Modern human settlement patterns have replaced the spatial norms of villages and traditional communities, without acknowledging that Brazilian urbanism did not originate solely from European-founded settlements. This article draws from available literature on indigenous configurations and spatialities to analyze the evolution of their living spaces, therefore characterizing an Amazonian proto-urbanism. The analysis employs morphological study strategies to investigate spatial arrangements, patterns, and building typologies among indigenous peoples. Indigenous territoriality maintains ancestral features dating back to the pre-colonial period, revealing the intricate relationship between individuals, their communities, and the ecosystem. Common threads in the universe studied is the organization of ceremonial, residential, productive, and forest uses and the enduring morphological permanence is the network or constellation spatial pattern, with forest interstices preserved. Drawing on Ebenezer Howard's theoretical assumptions, indigenous spatial configurations exemplify a tangible form of “garden city” that has successfully co-managed the Amazon rainforest for over 10,000 years. It is essential to safeguard and reinterpret these resilient records, reclaiming endogenous spatial solutions as a reference for Amazonian cities in a movement toward decolonizing knowledge.

*Keywords:* pré-colonial spatial organization, indigenous architecture, amazonian proto-urbanism, amazonian spatiality, garden city

---

*Editora responsável pela submissão: Gislane Beloto. Editora de texto: Linda Emiko Kogure.*

*Licenciado sob uma licença Creative Commons.*

